



ICEP
INSTITUTO CHAPADA
DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

www.institutochapada.org.br
institutochapada@institutochapada.org.br

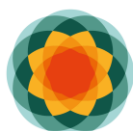
Alfabetização no bicentenário da Independência

Autoras: Adriana Araújo, Ana Falcão, Cláudia da Hora, Elisabete Monteiro, Janara Botelho, Raidalva da Silva (Gestão Pedagógica Icep).

Nesses 200 anos de Independência do Brasil convidamos as leitoras e leitores a refletirem sobre o que é ser independente em uma sociedade de cultura letrada. Um sujeito independente precisa ter a garantia de participar efetivamente dessa cultura. Por exemplo, aos 34 anos da Constituição Federal, considerada a constituição cidadã por representar um avanço significativo na garantia dos direitos de todas e todos os brasileiros, perguntamos: quantos brasileiros conseguem ter acesso a esse documento e compreende o que nele rege? Precisamos assegurar o direito à inserção efetiva e autônoma das pessoas numa sociedade de cultura letrada.

Temos neste país uma dívida histórica com as cidadãs e cidadãos. Uma dívida que engloba milhares de pessoas de todas as idades que ainda hoje sabem escrever o mínimo e mesmo lendo as palavras não conseguem compreender um texto, por mais simples que ele seja. Considerando o âmbito da educação, cortamos os laços com a monarquia, mas uma grande parcela do nosso povo ainda continua aprisionada por não conseguir acessar com total independência os bens culturais que uma sociedade alfabetizada pode usufruir.

Para Zen, 2022, "[...] estar alfabetizado é ter condições de participar de práticas de escritas comuns da nossa sociedade. É poder se encontrar com a leitura de um livro e emocionar-se, o mesmo com um poema ou obra de arte. É poder entender as nuances da língua e seus jogos de linguagem". Mas, e o sistema educacional brasileiro garante um ensino da leitura e da escrita para que todas as brasileiras e



ICEP
INSTITUTO CHAPADA
DE EDUCAÇÃO E PESQUISA



brasileiros possam participar mais igualmente no mundo? Essa pergunta nos remete a pontuar esse espaço trilhado de 200 anos de independência do Brasil e de 34 anos de Constituição Federal. Tempo e espaço estes nos quais os direitos de aprender a ler e a escrever na escola ainda não alcançaram todas as pessoas.

A pesquisadora argentina, Emília Ferreiro, quando questionada sobre a alfabetização em diversos âmbitos – culturas do escrito e digital – ressalta: “Falo de alfabetização simplesmente. A que corresponde ao nosso espaço e tempo” (FERREIRO, 2013, p. 469). Saber qual tempo e espaço estamos é fundamental para compreender o sentido do que e do como ocorre a alfabetização.

Todavia, não nos limitamos a pensar no tripé Alfabetização - Independência do Brasil - Constituição Federal. Aproveitemos dessa estrutura para dialogar sobre a alfabetização como um imperativo de inclusão social. Não se faz inclusão quando a alfabetização é entendida por meio de métodos de ensino de letra por letra e sílaba por sílaba, aquela na qual a criança aprende a ler a palavra e só depois a compreender o que leu. Essa, com certeza, não deu conta de mudar os números de não alfabetizados que temos. Precisamos falar da alfabetização para além de saber escrever o próprio nome e de ler sem compreensão.

É preciso pensar na alfabetização para este mundo contemporâneo, e, neste, “[...] estamos imersos em uma das maiores revoluções que já foram produzidas na história das práticas de leitura e escrita, na produção e circulação dos textos, na própria ideia de texto e de autor. A alfabetização escolar deverá levar isto em conta porque a distância entre as práticas tradicionais, por um lado, e as solicitações sociais, bem como as expectativas juvenis e infantis, por outro, está tomando proporções abismais.” (FERREIRO, 2013, p. 16).





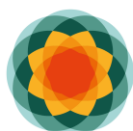
ICEP

INSTITUTO CHAPADA
DE EDUCAÇÃO E PESQUISA

www.institutochapada.org.br

institutochapada@institutochapada.org.br

Dar conta desse direito, num país que comemora dois séculos de independência, perpassa pelo trabalho diário com a leitura e a escrita na escola, com a efetividade que ela tem na sociedade da informação. Garantir a alfabetização plena das crianças (e também de adolescentes, jovens e adultos que ainda necessitam) é a condição para a construção do conhecimento, para que estes mesmos sujeitos possam reconstruir o próprio aprendizado. Neste sentido, não temos mais como desarticular a Independência de um país e a garantia do cumprimento das leis de uma Constituição, sem, paralelamente a isso, ocorrer uma educação emancipatória de todos os sujeitos.



ICEP

INSTITUTO CHAPADA
DE EDUCAÇÃO E PESQUISA